

Uma breve recuperação das lutas em prol da formação, reconhecimento e valorização dos educadores sociais na perspectiva da Educação Popular

A brief overview of the struggles for the training, recognition, and appreciation of social educators from the perspective of Popular Education

Fernanda dos Santos Paulo¹
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Fernandapaulofreire@gmail.com

Resumo: O artigo aborda a importância dos educadores sociais no Brasil, focando na Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA). Objetiva-se analisar a trajetória desses profissionais, destacando sua formação, reconhecimento e valorização a partir da AEPPA. Utiliza a metodologia de sistematização de experiências, integrando teoria e prática da Educação Popular. Revela que iniciativas da AEPPA contribuem significativamente para a valorização dos educadores sociais, promovendo formação qualificada e lutando pela regulamentação da profissão. Conclui ressaltando a importância da AEPPA na formação e reconhecimento desses profissionais, fundamentais para políticas sociais inclusivas e transformadoras.

Palavras-chave: Educadores Sociais; Educação Popular; Pedagogia Social.

Abstract: The article addresses the importance of social educators in Brazil, focusing on the Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA). It aims to analyze the trajectory of these professionals, highlighting their training, recognition, and appreciation through AEPPA. It employs the methodology of systematizing experiences, integrating theory and practice of Popular Education. The article reveals that AEPPA's initiatives

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

significantly contribute to the valorization of social educators, promoting qualified training and advocating for the regulation of the profession. It concludes by emphasizing the importance of AEPPA in the training and recognition of these professionals, who are essential for inclusive and transformative social policies.

Keywords: Social Educators; Popular Education; Social Pedagogy.

Introdução

O artigo destaca a crescente importância dos educadores sociais no Brasil, profissionais dedicados à promoção de práticas educativas voltadas à inclusão, participação e desenvolvimento integral de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Seu trabalho fundamenta-se nos princípios dos Direitos Humanos e é desenvolvido em contextos não escolares institucionalizados, vinculados às políticas sociais.

Assim, o objetivo geral do artigo é analisar a trajetória de lutas e conquistas desses profissionais, com foco em sua formação, reconhecimento e valorização, especialmente a partir da atuação da Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA) e de outros movimentos que defendem o reconhecimento da profissão de educador social. E, a questão norteadora deste estudo é: como as iniciativas e lutas de associações como a AEPPA têm contribuído para a formação, o reconhecimento e a valorização dos educadores sociais no Brasil?

A metodologia discutida no texto envolve a recuperação de experiências da AEPPA, utilizando a sistematização como referenciada por Oscar Jara (1994) e Alfonso Torres (1996). Esses autores destacam a sistematização como um campo teórico-prático dentro da Educação Popular. O meu interesse na metodologia baseia-se em três razões principais: 1) Ela representa uma forma de pesquisa participativa que ajuda a tornar visíveis práticas sociais e educativas que frequentemente são ignoradas; 2) Contribui para a produção de conhecimento a partir da reflexão e análise de experiências educativas; 3) A sistematização reativa o importante papel da Educação Popular no questionamento das concepções e práticas de pesquisa social institucionalizadas, apresentando emergência de novas perspectivas críticas.

A sistematização de experiências foca em problematizar e refletir epistemicamente, valorizando saberes e experiências muitas vezes invisibilizadas. Ela enfatiza a importância da prática e da experiência, buscando novas formas de integrar conhecimento e ação, teoria e prática (FREIRE, 1987). Aqueles que sistematizam experiências e práticas educativas participam da recuperação destas, refletindo sobre elas, analisando, interpretando, documentando e socializando-as.

Atualmente, a sistematização na área da educação está experimentando inovações significativas com base na pedagogia crítica. Há um aumento notável na presença da Educação Popular e de educadores populares no ambiente universitário, assumindo papéis de pesquisadores, professores e estudantes. (PAULO, 2018). Esse fenômeno coincide, no caso do Brasil, com as políticas de acesso da classe popular na educação superior. Este foi o meu caso: como mulher oriunda da periferia, após alguns anos afastada do ambiente escolar, retornei aos estudos motivada pela minha atuação na educação como educadora leiga. Minha trajetória acadêmica foi viabilizada por meio de uma bolsa concedida por um movimento social, o que me

permitiu cursar pedagogia e, posteriormente, uma especialização, resultado da luta e da mobilização da AEPPA.

Do processo metodológico da recuperação de experiências da AEPPA

Para Edward Thompson (1981), a experiência é um fenômeno histórico e cultural, constituído a partir das relações sociais, econômicas e políticas em que os sujeitos estão inseridos. Não se trata de um dado fixo, mas sim de um processo dinâmico, construído na interseção entre o ser social e a consciência social. A experiência de classe, por exemplo, não é apenas determinada pelas condições objetivas de produção, mas também elaborada culturalmente, por meio de valores, tradições e ideias compartilhadas (THOMPSON, 1981). Já Paulo Freire concebe a experiência como um processo pedagógico e político, fundamental para a construção do conhecimento crítico e emancipador. Para ele, a experiência vivida não se reduz à mera transmissão de saberes, mas se dá na interação dialógica, onde o saber é problematizado e recriado coletivamente (FREIRE, 1981). Assim, enquanto Thompson entende a experiência como um elemento central na construção da identidade de classe, Freire a vê como um caminho para a conscientização e libertação, enfatizando seu caráter formativo e transformador.

A experiência, na perspectiva freiriana, não é um simples acúmulo de vivências individuais, mas um processo reflexivo, dialógico e político. Para Paulo Freire, a experiência é uma prática educativa que deve ser problematizada, reinterpretada e compartilhada coletivamente para que se transforme em conhecimento crítico e emancipador. Não se trata apenas de narrar acontecimentos passados, mas de compreendê-los em sua dimensão histórica, cultural e política, analisando suas contradições e possibilidades de transformação. Ao referenciar Edward Thompson (1981), a sistematização das experiências permite relacionar a experiência percebida à vivida, favorecendo a construção de uma consciência histórica e política.

A sistematização de experiências se apresenta, então, como uma metodologia da Educação Popular que busca dar um novo sentido (sentido reflexivo) ao conhecimento gerado a partir das práticas sociais e educativas. Segundo Jara (2012), a sistematização é uma interpretação crítica das experiências, permitindo compreender a lógica dos processos vividos, os fatores que intervieram e suas inter-relações. Esse processo não apenas gera aprendizados significativos, mas também fortalece as capacidades estratégicas de indivíduos e instituições, promovendo o pensamento coletivo e a formulação de propostas mais coerentes com a realidade dos sujeitos envolvidos.

Além disso, Torres (2009) destaca que a sistematização de experiências está enraizada na tradição latino-americana de produção de conhecimento e tem forte conexão com a Investigação Participativa e os movimentos sociais. Esse processo desafia os paradigmas convencionais da pesquisa acadêmica, ao rejeitar abordagens eurocêntricas e elitistas e ao valorizar a participação ativa dos sujeitos no processo de produção do conhecimento. A sistematização, nesse sentido, não apenas registra a experiência, mas a transforma em

um instrumento político e pedagógico, ressignificando as práticas sociais e ampliando a consciência crítica dos sujeitos envolvidos.

Portanto, ao utilizar a sistematização de experiências como metodologia, reconheço que a experiência não é algo estático ou meramente subjetivo, mas um campo de disputa política e pedagógica que deve ser problematizado para que cumpra seu papel transformador. A sistematização possibilita dar visibilidade às práticas populares, permitindo que o conhecimento gerado por educadores populares e comunidades seja valorizado e incorporado na construção de alternativas educacionais comprometidas com a emancipação social. Assim, na confluência entre Freire e Thompson, a experiência não apenas se vive, mas se reflete, se sistematiza e se transforma em práxis.

Escolhi Jara (2012) e Torres (2009) como referências centrais para fundamentar a metodologia desta pesquisa, que se baseia na sistematização de experiências dentro de uma abordagem de pesquisa participativa. Essa metodologia tem como base teórico-prática a Educação Popular, buscando sistematizar, interpretar criticamente e valorizar experiências e saberes historicamente invisibilizados. Seu objetivo é integrar teoria e prática para gerar conhecimento crítico e reflexivo, contribuindo para a emancipação dos sujeitos envolvidos. A escolha dessa abordagem metodológica está diretamente relacionada à minha trajetória como educadora leiga, bolsista de movimento social na graduação e militante da e na AEPPA, experiências que forjaram minha perspectiva sobre a importância do conhecimento produzido a partir das práticas sociais e da participação coletiva.

Para Jara (2012), é importante alguns critérios metodológicos na escolha pela sistematização de experiências. Apresento alguns dos critérios que utilizei em meu percurso metodológico:

1. **Ter participado da experiência:** Eu participo da AEPPA.
2. **Ter registros da experiência.** Possuo um conjunto de registros documentais que evidenciam a experiência, incluindo anotações, fotografias, atas, matérias jornalísticas, registros audiovisuais e pesquisas.
3. **Formular um plano de sistematização:** A sistematização de experiências da Associação de Educadores Populares de Porto Alegre na luta por formação na perspectiva da Educação Popular, reconhecimento e valorização, tem sido sintetizada por mim e com outras companheiras de militância. Nos perguntamos: Para que queremos fazer esta sistematização? Diante disso, definimos o nosso objetivo, levando em consideração os interesses e possibilidades das pessoas envolvidas. Assim delimitamos o objeto a sistematizar e o nosso cronograma. No tocante ao trabalho coletivo, produzimos um dossiê para a deputada federal Daiana Santos sobre os educadores sociais no Brasil. No trabalho individual de pesquisa, que é meu caso, tenho definido como eixo de sistematização a formação acadêmico-profissional. Busco focar nos aspectos mais relevantes da experiência, utilizando como fio condutor as lutas da AEPPA e os impactos na e para a Educação Popular e para os educadores. Tudo isso alinhado com o contexto e os valores da Educação Popular, valorizando as experiências e conhecimentos dos educadores populares de Porto Alegre em sua luta por formação, reconhecimento e valorização.
4. **Recuperar o processo vivido:** Para sintetizar os pontos apresentados via sistematização das experiências da AEPPA, foquei na formação com base na Educação Popular, valorização e reconhecimento dos educadores sociais a partir de 1991. Segui meu plano de sistematização que envolveu tarefas

(fichamento, sistematização, cursos, entrevistas, catalogação de documentos, leitura de atas, etc.). A reconstrução histórica ordenada do processo desde 1991, incluindo as principais fases e conquistas da AEPPA, como a formação de educadores populares e parcerias com instituições educativas, foi organizada em um quadro que totalizou 25 páginas para o tema dos educadores sociais. Deste quadro, fiz uma síntese e reorganizei as informações no quadro 1 (Recuperação de experiências da AEPPA) na próxima seção deste artigo.

5. **Reflexões de fundo:** Neste momento, iniciei o processo de análise, síntese e interpretação crítica das experiências da AEPPA, considerando causas, tensões, particularidades e inter-relações, para compreender a lógica global da experiência e sua relevância no contexto da Educação Popular.

Este processo destaca a importância de registrar, refletir, analisar, interpretar e comunicar nossas experiências.

Alguns estudos sobre Educação Social

Paulo (2013), a partir dos encontros de formação da AEPPA, realizados entre 2010 e 2012, identificou que uma das principais demandas dos educadores sociais era a construção de um curso de Pedagogia Social com ênfase na Educação Popular. Como desdobramento de sua pesquisa, organizou uma atividade formativa para discutir as possibilidades de estruturação desse curso. O grupo participante sugeriu um currículo intersetorial, articulando áreas como pedagogia, serviço social, psicologia, direito e saúde pública.

Os educadores sociais de rua, atuantes no Programa Ação Rua, relataram que o trabalho por eles desenvolvido não estava vinculado a uma única área disciplinar, mas envolvia uma prática distinta e integrada, pautada na realidade concreta dos sujeitos em situação de vulnerabilidade: "o que fazemos é diferente" (PAULO, 2013). Esse fazer educativo exige um conjunto articulado de conhecimentos, que engloba políticas sociais, práticas educativas de formação cidadã e metodologias participativas e críticas. Tais elementos não apenas favorecem a inserção social, mas também se configuram como ferramentas metodológicas e político-pedagógicas para a promoção da dignidade humana e a garantia de direitos historicamente violados. Dessa forma, o trabalho dos educadores sociais não se limita a um campo de conhecimento específico, mas se constrói na interseção entre teoria e prática, reafirmando seu papel na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Foi nesse contexto que essa abordagem pedagógica foi sistematizada e passou a ser reconhecida como Pedagogia dos Direitos Sociais.

Segundo Machado (2014), a Pedagogia Social pode ser compreendida como a ciência da educação social, constituindo-se no campo de atuação do educador social. Dessa forma, ao recuperar as experiências da AEPPA, a escolha da Pedagogia Social com ênfase na Educação Popular representou um avanço significativo na luta por formação específica para esses profissionais (PAULO, 2013).

No que se refere à fundamentação teórica, diversos autores convergem na importância de Paulo Freire como referência central para a Pedagogia Social. Silva e Machado (2013) destacam sua influência como um

dos pilares essenciais dessa abordagem no Brasil, enfatizando seu papel na construção de uma prática educativa comprometida com a transformação social. Santos e Paulo (2017) aprofundam essa perspectiva ao reconhecerem a Educação Popular não apenas como uma fonte de inspiração, mas como uma referência metodológica central, capaz de impulsionar práticas educativas críticas e emancipadoras. Para ampliar essa discussão e situá-la no contexto brasileiro, busquei em outros autores definições sobre Educação Social e Pedagogia Social, analisando suas intersecções e implicações na formação e na prática dos educadores sociais no Brasil.

A Pedagogia Social e a Educação Social são campos interligados que orientam a atuação dos educadores sociais, fornecendo-lhes referenciais teóricos e metodológicos para a intervenção junto a sujeitos em contextos de vulnerabilidade. No Brasil, a Educação Social tem se constituído progressivamente como um campo de atuação profissional dos educadores sociais, consolidando práticas voltadas à inclusão, ao fortalecimento da cidadania e à transformação social.

A Pedagogia Social, por sua vez, estrutura-se como uma abordagem interdisciplinar que integra diversas áreas do conhecimento para compreender e atuar sobre as realidades sociais. Isso pode ser observado na estrutura curricular do curso de Pedagogia Social da Università Pontificia Salesiana di Roma, Itália, que, segundo Caliman (2006), distribui suas disciplinas em eixos como pedagogia, psicologia, humanidades, sociologia, técnicas de animação cultural e direito. Essa diversidade de saberes reforça a natureza interdisciplinar da Educação Social, ao mesmo tempo que evidencia sua conexão fundamental com o campo educacional.

Na mesma perspectiva, Serrano (2003), ao tratar da Pedagogia Social e da Educação Social, articula reflexão teórica e ação prática, destacando a importância da coerência entre teoria e prática. Em sua obra, o autor explora a evolução histórica, os conceitos, os métodos e as áreas de intervenção desse campo, enfatizando a necessidade de um olhar atento à realidade social como fundamento para a formação integral do indivíduo.

Dessa forma, ao se consolidar no Brasil, a Educação Social vem se afirmando como campo profissional dos educadores sociais, situando-se na intersecção entre a prática pedagógica e a intervenção social. Essa construção tem como base referenciais críticos e metodologias participativas que buscam não apenas atuar sobre as desigualdades sociais, mas também empoderar os sujeitos e fortalecer seus direitos, reafirmando o compromisso da Educação Popular como base teórico-prática com a justiça social e a transformação da realidade.

A obra de Cabanas (1997) apresenta quatro modelos de Pedagogia Social: (1) a Educação Social como ajuda à juventude, que se dedica a aspectos educativos, profissionais e culturais; (2) a Pedagogia Social como higiene social, vista como uma ciência autônoma que intervém em processos educativos insuficientes e situações de vulnerabilidade social; (3) a Pedagogia Social como emancipação, fundamentada na tradição da Escola de Frankfurt, que a concebe como um meio de libertação social e política; e (4) o modelo positivista da Pedagogia Social, que, baseado no racionalismo crítico e no neopositivismo, argumenta que normas, valores e objetivos educacionais são subjetivos e não podem ser estabelecidos cientificamente, devendo a pedagogia apoiar-se apenas em fatos empiricamente comprováveis.

No caso da AEPPA, a concepção de Pedagogia Social mais próxima é aquela vinculada à Escola de Frankfurt, que influenciou fortemente a Pedagogia Social Alemã e tem ênfase na emancipação dos sujeitos. A partir dessa perspectiva, a Pedagogia Social assume um papel crítico e libertador, indo além do mero assistencialismo e propondo uma prática educativa fundamentada na reflexão e na transformação da realidade social.

Outro autor relevante para essa discussão é Paul Natorp, citado por Petrus (1997), que compreende a Pedagogia Social como uma ciência social que transcende a educação tradicional, enfatizando a educação do indivíduo dentro da comunidade. Para Natorp, a comunidade é essencial para o desenvolvimento humano e deve ser o foco central da ação educativa. Contrapondo-se à tradição pedagógica herbartiana, ele defende que o ser humano se realiza e se desenvolve por meio da comunidade, integrando-a como parte fundamental de sua identidade e aprendizado. Essa visão reforça a necessidade de uma pedagogia que se construa coletivamente, em diálogo com as realidades concretas dos sujeitos envolvidos.

No cenário europeu, a Educação Social consolidou-se como campo acadêmico e profissional com a criação de cursos superiores específicos. Em Portugal, a primeira licenciatura em Educação Social surgiu em 1996, impulsionando a institucionalização da área e promovendo um modelo formativo baseado na interdisciplinaridade e na articulação entre pesquisa, prática e análise crítica (AZEVEDO, 2011). Essa formação tem um caráter multidisciplinar, contemplando áreas como ciências sociais, humanas, culturais, artísticas, educativas e técnicas, contribuindo para o fortalecimento da justiça social e da cidadania.

Entretanto, como apontam Azevedo e Correia (2020), a Educação Social ainda enfrenta desafios na definição de sua identidade profissional e científica, tanto em Portugal quanto em outros países europeus. Sua evolução ocorreu em interação com o trabalho social, as ciências sociais e humanas, e um conhecimento epistemológico ancorado nas ciências da educação. A Declaração de Bolonha contribuiu para uniformizar os perfis profissionais na Europa, fortalecendo a Educação Social como campo acadêmico. Nesse contexto, a Pedagogia Social não é apenas uma estratégia ou disciplina dentro da Educação Social, mas constitui seu alicerce e essência, sendo fundamental para a atuação dos educadores sociais.

No Brasil, a AEPPA se aproxima dessas discussões ao adotar a Educação Popular como referência para pensar a Pedagogia Social. Segundo Paulo (2013), encontros formativos identificaram a necessidade de um currículo interdisciplinar e intersetorial que dialogasse com a realidade brasileira e contemplasse diferentes áreas do conhecimento. No entanto, ao contrário da Europa, onde a Educação Social é estruturada como licenciatura, a AEPPA defende a formação dos educadores sociais por meio de um curso superior tecnológico, considerando as especificidades da prática profissional no país.

As teorias e práticas da Pedagogia Social, delineadas por diferentes autores e abordagens – como a Escola de Frankfurt, os conceitos de Paul Natorp e os modelos propostos por Cabanas (1997) –, contribuem para uma compreensão mais ampla desse campo, demonstrando sua trajetória desde um modelo assistencialista voltado à juventude até sua consolidação como um espaço de emancipação e integração com outras ciências sociais e humanas. No Brasil, essa perspectiva encontra ressonância na Educação Popular, especialmente na teoria de Paulo Freire, que reforça a necessidade de um currículo dialógico e

interdisciplinar, comprometido com a transformação social e a autonomia dos sujeitos (PAULO; TREVISAN, 2022).

A Pedagogia Social e a Educação Social têm se desenvolvido de maneira distinta em diferentes contextos. No Brasil, a Educação Social se configura como um campo emergente de atuação dos educadores sociais, aproximando-se da Educação Popular como referencial teórico e metodológico. A partir da experiência da AEPPA, evidencia-se a necessidade de um projeto de formação que contemple a realidade dos educadores sociais no país. Dessa forma, a relação entre Educação Popular e Pedagogia Social fortalece a construção de um conhecimento comprometido com a justiça social e a dignidade humana, reafirmando a importância da prática educativa como um ato político de transformação.

O Campo da Educação Social e a Educação Popular como perspectiva teórico-metodológica

Esta seção explora a origem e o desenvolvimento da Educação Social no Brasil, realçando seu vínculo com a Educação Popular, especialmente a influência de Paulo Freire, e com as políticas sociais brasileiras pós-1988. (PAULO, 2023).

A Educação Social no Brasil, um campo relativamente recente em comparação com outras formas de educação, ganhou destaque nas políticas sociais após a Constituição Federal de 1988. Sua emergência está fortemente vinculada à atuação de educadores sociais, com raízes na educação e atenção a crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidades sociais, especialmente aqueles em situação de rua. Antes da Constituição, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, fundado em 1982, foi pioneiro na abordagem educativa com essa população. (PAULO, 2023).

Em 2009, os educadores sociais alcançaram um marco importante com seu reconhecimento socioprofissional, ao serem incluídos na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), indicando um processo de formalização de uma ocupação profissional. A função de educador social, como descrita na CBO, envolve atender e proteger pessoas em risco social, marcando sua importância nos serviços socioassistenciais, vinculados à política da assistência social. Além disso, a Educação Social no Brasil é influenciada pela Educação Popular e pelo legado de Paulo Freire, como apresentam estudos sobre o tema.

De acordo com Úcar (2011), a Pedagogia Social da Europa, ao se estabelecer na América Latina, encontrou uma rica tradição de ideias e práticas sociopedagógicas já existentes, destacando a importância de dialogar com as perspectivas latino-americanas, em particular com a Educação Popular e as ideias de Paulo Freire. Enquanto a Pedagogia Social é definida pelo público e contextos onde atua, a Educação Popular é vista mais como uma proposta teórico-metodológica, baseada principalmente em Freire (PAULO, 2018).

No Brasil, a Pedagogia Social (considerada como teoria da educação social ou como possibilidade de ser um curso de graduação para educadores sociais), também se fundamenta na Educação Popular, evidenciando uma interseção e complementaridade entre essas abordagens no contexto brasileiro. (PAULO, 2010, PAULO, 2013; SANTOS & PAULO, 2017). Já a educação social é um conceito em disputa, alguns a

compreendem como área do conhecimento, outros como campo de atuação e alguns como uma concepção teórica, assim como a Educação Popular. Em alguns casos, utiliza-se a mesma acepção da Educação Popular, substituindo para educação social. Me filio aos grupos que compreendem a Educação Social enquanto um campo de práticas e políticas socioassistenciais. Considerando este campo (educação social) em que educadores sociais atuam, no Brasil, a pesquisa de Verônica Muller, comentada e disponível em um vídeo no YouTube², indica que em 2021 havia cerca de 177.000 educadores sociais. Este dado destaca o crescimento contínuo e a importância desta profissão no contexto da Proteção Social do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). (BAULI; MÜLLER, 2022).

Diante deste contexto, movimentos sociais, como a AEPPA, têm sido fundamentais na formação e luta pela oferta de cursos para educadores sociais. O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária frisa a necessidade de reconhecer a ocupação de educador social e estabelecer padrões de formação. Com a inclusão dessa ocupação em concursos públicos, por exemplo, percebe-se um movimento crescente pela formalização e reconhecimento do campo da Educação Social, que se caracteriza por ser multidisciplinar e interligado a políticas intersetoriais, principalmente na área da assistência social.

Acerca desse reconhecimento profissional, ressalto a importância dos esforços coletivos em prol da regulamentação da profissão, incluindo iniciativas legislativas e mobilizações da sociedade civil, assim como o papel importante de associações e fóruns de educadores sociais em todo o país.

A luta pela regulamentação da profissão de educador e educadora social no Brasil é marcada por esforços profundos e significativas manifestações legislativas. Uma das iniciativas mais notáveis foi o Projeto de Lei Nº 5346 de 2009, proposto por Chico Lopes, visando definir e regulamentar a profissão, que posteriormente necessitou de alterações e um substitutivo. Esforços legislativos subsequentes, como o Projeto de Lei do Senado Federal Nº 328 de 2015, continuaram a causa com ajustes solicitados pelos movimentos de educadores. Além da atuação legislativa, a mobilização da sociedade civil foi fundamental, exemplificada por cartas de fóruns e associações como o Fórum Paranaense, AEPPA e diversas instituições locais e nacionais. Esses movimentos refletem o desejo coletivo de reconhecimento, valorização e regulamentação da profissão, com destaque para a participação ativa de associações em diferentes regiões do Brasil, como Ceará, Maringá, Porto Alegre, além de vários fóruns municipais e o Fórum Nacional de Educadores Sociais. Das associações, fóruns e movimentos de educadores sociais que são reconhecidos no Brasil pela luta em prol dos educadores sociais, destacam-se:

1. Associação de Educadores Populares de Porto Alegre – AEPPA (acredita-se que é a primeira associação no Brasil a trabalhar com a pauta da formação, reconhecimento e valorização, inicia na década de 1990 e se formaliza em 2000);
2. Associação dos Educadores e Educadoras Sociais do Ceará- AESC;
3. Associação de Educadores e educadoras sociais de Maringá e Região- AESMAR;

² Disponível em: link encurtado <https://youtu.be/Noik5FX9Mq>. Acesso: 5 nov. 2023.

4. Associação Brasileira de Educação Social e Pedagogia Social.
5. Associação Brasileira de Pedagogia Social;
6. Associação de Educadores, Cuidadores e Orientadores Sociais de Gravataí- ASSECOSG;
7. Associação de Educadores e educadoras sociais de Curitiba e Região Metropolitana - AESCRM;
8. Associação dos Educadores e Educadoras Sociais do Estado de São Paulo - AEESSP;
9. Associação Brasileira de Educadores e educadoras sociais – ABES;
10. Associação dos Educadores e educadoras sociais de Pernambuco – AESP;
11. Vários fóruns Municipais de Educadores Sociais;
12. Fórum Nacional de Educadores Sociais;

Em síntese, o reconhecimento e a valorização dos educadores sociais no Brasil são frutos de uma jornada repleta de desafios e conquistas significativas, em que estas doze instituições fazem parte. A partir da análise do campo da Educação Social e da sua intersecção com a Educação Popular, evidencia-se a importância destes profissionais nas políticas sociais brasileiras e o papel fundamental que movimentos como a AEPPA e outras associações e fóruns têm desempenhado na luta pelo reconhecimento e valorização profissional.

Avançando na discussão, nas linhas que seguirei, focarei na “Recuperação de Experiências da AEPPA”. Esta parte irá explorar as experiências de luta, os desafios e as conquistas específicas da AEPPA acerca da busca pelo direito à formação de educadores sociais. Assim, apresentarei uma breve recuperação das lutas da AEPPA, pois o foco é a sua história desde a sua fundação, destacando suas principais conquistas, como a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente e a promoção de cursos de formação para educadores. A expansão de seu impacto além de Porto Alegre e sua influência em políticas educacionais nacionais são também discutidas.

Quadro 1 - Recuperação de experiências da AEPPA.

1991-1994	Início da Jornada: A AEPPA começou informalmente como comissão de Educação na microrregião 5, impulsionada pela implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), destacando a necessidade de formação para educadoras de creches comunitárias e educadores extra classe.
1996	AEPPA como Movimento de Educação Popular: Sob a presidência de Tamar Gomes de Oliveira, a AEPPA se fortaleceu em meio às discussões da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN/96), expandindo seu alcance para incluir a capacitação de trabalhadores em diversas áreas educacionais.
1998-2000	Conquistas Educacionais: A organização do Curso Normal/Magistério com ênfase em Educação Popular foi um marco significativo, proporcionando formação especializada para educadores em contextos sociais e assistenciais.
2000-2002	Nasce a AEPPA e Parcerias Institucionais: A AEPPA se formalizou como associação, e parcerias com instituições como a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) resultaram na criação de cursos de graduação em Educação Popular.

Paulo – Uma breve recuperação das lutas em prol da formação, reconhecimento e valorização

2005-2007	Expansão e Diálogos: Convênios com instituições como o Centro Universitário Metodista – IPA e a PUCRS fortaleceram a oferta de cursos com componentes curriculares em Educação Popular, beneficiando um número maior de educadores.
2008-2009	Mobilizações e Novos Cursos: A AEPPA participou ativamente em seminários e mobilizações, reforçando a necessidade de formação e reconhecimento dos educadores sociais. Novos cursos de extensão e pós-graduação foram implementados em parceria com diversas instituições.
2010-2012	Avanços Acadêmicos e Políticos: A AEPPA continuou a participar em reuniões estratégicas e apresentações acadêmicas, enfatizando a necessidade de cursos que atendessem às demandas dos educadores sociais. Primeiro curso de extensão para educadores sociais na perspectiva da Educação Popular. Desde 2010, a AEPPA tem buscado a colaboração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e do Instituto Federal do Rio Grande do Sul para desenvolver cursos de extensão, graduação e de especialização com ênfase em Educação Popular.
2013-2015	Vários cursos e reuniões foram realizados, além de mobilizações em prol da formação, valorização e reconhecimento profissional de educadores sociais.
2016-2019	Educação Popular e Cursos Livres: A AEPPA expandiu seu alcance com cursos livres na perspectiva da Educação Popular, atendendo demandas nacionais e promovendo a Educação Social através de novos formatos de ensino, como cursos remotos e online.
2020-2023	Consolidação e Novos Horizontes: A AEPPA fortaleceu parcerias com instituições como o IFRS Alvorada, trabalhando em prol da criação de cursos de graduação e especialização em Educação Social. A associação também participou ativamente em audiências públicas e encontros nacionais, defendendo a regulamentação da profissão do educador social e buscando apoio político para a expansão e criação de novos campi dos Institutos Federais.
Fonte: da Autora	

A trajetória da Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA) na valorização e reconhecimento dos educadores sociais, desde 1991 até 2023, revela um contínuo esforço de formação e luta por reconhecimento profissional. A seguir, apresento uma sistematização dessa história, enfatizando as principais conquistas e desafios enfrentados pela AEPPA ao longo dos anos.

Essa recuperação da história da AEPPA demonstra o compromisso contínuo da AEPPA com a formação, valorização e reconhecimento dos educadores sociais no Brasil, representando um exemplo inspirador de dedicação e perseverança na luta por uma educação mais inclusiva e acessível desde a Educação Popular.

Desde 2010, a AEPPA tem reivindicado que os Institutos Federais assumissem o compromisso com a formação na perspectiva da Educação Popular. Em 2015, iniciaram discussões para criar um curso de especialização em Educação Popular e Políticas Sociais e, em 2022, foi solicitado a criação do curso superior Tecnólogo em Educação Social, devido à inclusão desse curso no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST). O curso foi conquistado pela AEPPA em 2023; no ano de 2024, será realizado o primeiro curso público e gratuito, de nível superior, para educadores sociais. O curso será realizado no Instituto Federal do Rio Grande do Sul, campus Alvorada.

Nesse contexto, a AEPPA enfatiza a importância da Educação Popular freiriana como base teórico-metodológica para a formação desses profissionais.

Como pode ser observado, a relevância da AEPPA está, sobretudo, na luta pela formação superior para educadores sociais, destacando como ela contribui significativamente para o reconhecimento profissional, melhoria na qualidade da intervenção e respostas mais eficazes às demandas sociais, com ênfase especial na valorização da Educação Popular e no legado de Paulo Freire no Brasil, reconhecimento de que existe uma educação que é não escolar e, ao mesmo tempo, é institucionalizada e formal, cujo campo está reconhecido como educação social.

Além disso, na recuperação das experiências da AEPPA, via pesquisa em artigos, atas, documentos e entrevistas com educadoras populares com mais de 20 anos no movimento de Educação Popular, constatei que desde os anos de 1990 existe a luta por formação, reconhecimento e valorização profissional de educadores sociais, que na época não eram denominados assim, pois somente em 2009 a ocupação passou a existir no Brasil.

Algumas interpretações da luta por formação de Educadores Sociais na perspectiva da Educação Popular

A análise dos documentos da AEPPA, entre eles um dossiê entregue para a deputada federal Daiana Santos, revelou três eixos analíticos principais:

- 1. Formação de educadores sociais na perspectiva da Educação Popular:** Este eixo enfoca a importância da formação qualificada para educadores sociais, destacando a Educação Popular como uma abordagem político-pedagógica crítica e transformadora, enraizada nas ideias de Paulo Freire. A AEPPA tem desempenhado um papel significativo na promoção dessa formação, estabelecendo parcerias com instituições de ensino superior e enfatizando a necessidade de uma abordagem pedagógica que reconheça as realidades e experiências dos educandos. Chegou a propor uma Pedagogia Social da Alternância com base na Educação Popular intersetorial (PAULO, 2013 ;2023). Esta formação é decisiva para qualificar os educadores para atuação com a Pedagogia dos Direitos Sociais, os capacitando com conhecimentos teórico-práticos humanizadores, necessários para abordar as complexidades e desafios enfrentados em contextos de vulnerabilidade social.
- 2. Reconhecimento profissional dos educadores sociais:** A luta pela regulamentação da profissão de educador social no Brasil é um tema central relacionado à formação, reconhecimento e valorização profissional. A AEPPA e outras associações têm lutado por esse reconhecimento, vendo-o como essencial para a valorização da profissão. A inclusão da profissão na Classificação Brasileira de Ocupações em 2009 e os esforços legislativos subsequentes para regulamentar a profissão são marcos importantes para a visibilização do educador social. A formação acadêmico-profissional e o reconhecimento profissional são passos necessários

para garantir que os educadores sociais sejam valorizados e remunerados adequadamente pelo trabalho que realizam.

- 3. Valorização dos educadores sociais e suas práticas:** Este eixo aborda a necessidade de valorizar não apenas a profissão de educador social, mas também as práticas e metodologias utilizadas no campo. A AEPPA tem sido uma voz ativa na promoção da Educação Popular como uma metodologia eficaz no trabalho dos educadores sociais. A valorização dessas práticas é fundamental para o reconhecimento da contribuição significativa dos educadores sociais na sociedade, especialmente no que diz respeito à inclusão social e ao desenvolvimento integral de pessoas em situação de vulnerabilidade.

Assim, a luta da AEPPA por formação qualificada, reconhecimento e valorização dos educadores sociais é um testemunho da necessidade de abordagens educacionais que sejam inclusivas, críticas e transformadoras. Esta luta destaca a importância de considerar o contexto social e as experiências dos educadores na formulação de estratégias educacionais. A AEPPA tem apostado em cursos com três tempos: tempo instituição formativa, tempo comunidade e tempo trabalho, apresentando um currículo interdisciplinar, dinâmico e referenciado na Educação Popular.

Apostamos que a regulamentação da profissão de educador social é um passo fundamental para garantir que esses profissionais sejam reconhecidos e valorizados adequadamente. Isso tem implicações significativas não apenas para os educadores, mas também para a qualidade do trabalho realizado nas políticas sociais e especialmente no atendimento qualificado e humanizador oferecido às comunidades vulneráveis.

A valorização das práticas dos educadores sociais é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva e justa. Ao reconhecer a importância desses profissionais, a sociedade pode começar a participar dos processos que buscam enfrentar as desigualdades sociais e promover a inclusão social de maneira participativa e crítica.

O trabalho da AEPPA ressalta a importância da colaboração entre diferentes setores – educacional, político e social – para alcançar mudanças significativas. A união de esforços entre instituições educativas, movimentos sociais e legisladores é fundamental para avançar nas questões de formação, reconhecimento e valorização dos educadores sociais.

Considerações finais

A trajetória de lutas e conquistas dos educadores sociais no Brasil, com destaque para a atuação da AEPPA, evidencia como as iniciativas dessa e de outras associações têm sido fundamentais para a formação, reconhecimento e valorização desses profissionais. A análise realizada permitiu responder à questão problematizadora do estudo, demonstrando que a Educação Popular, fundamentada na sistematização de

experiências, tem desempenhado um papel central na construção desse campo, garantindo visibilidade às práticas educativas, promovendo reflexões críticas e transformando-as em conhecimento sistematizado.

A sistematização de experiências, conforme discutida por Oscar Jara (1994) e Alfonso Torres (1996), revelou-se uma metodologia potente para recuperar, interpretar e ressignificar as práticas educativas desenvolvidas no contexto da AEPPA. Além de contribuir para a produção de um conhecimento enraizado na realidade social, essa abordagem fortalece a identidade dos educadores sociais, reforçando a Educação Popular como uma corrente político-pedagógica em disputa.

Neste estudo, a sistematização foi utilizada para organizar a análise sobre a trajetória dos educadores sociais no Brasil e o papel da AEPPA, integrando documentos, depoimentos, gravações e fotografias coletadas desde 2010 (PAULO, 2013). Esse processo permitiu recuperar o percurso vivido, contextualizar suas transformações e aprofundar as reflexões sobre os desafios e conquistas desse movimento. Este artigo, portanto, representa uma das formas de comunicar e compartilhar os aprendizados adquiridos, não apenas como pesquisadora, mas também como sistematizadora de experiências e militante da Educação Popular.

Ao dar visibilidade ao papel político e educativo dos educadores sociais, reafirma-se a importância da formação qualificada e do reconhecimento profissional, além da necessidade de seguir investindo na luta pela valorização da profissão. Assim, a sistematização de experiências não apenas fortalece a memória coletiva desse processo, mas também se configura como uma estratégia essencial para impulsionar novos avanços na formação acadêmico-profissional dos educadores sociais e na defesa de sua regulamentação.

Em alguns casos, os conceitos de Educação Social e Pedagogia Social demonstram um progresso significativo e uma intersecção com a Educação Popular, especialmente no contexto da AEPPA no Brasil. A Pedagogia Social, com sua abordagem multidisciplinar e ênfase na integração com várias áreas do conhecimento, incluindo as ciências sociais e humanas, ressoa fortemente com os princípios da AEPPA. Esta associação defende um curso de Pedagogia Social que incorpore a perspectiva da Educação Popular intersetorial, refletindo a necessidade de uma abordagem educativa que seja tanto emancipatória quanto inclusiva. A Pedagogia Social, portanto, parece alinhar-se mais estreitamente com a visão da AEPPA, servindo como curso para formação de educadores sociais.

A trajetória dos educadores sociais no Brasil, marcada por lutas significativas e conquistas notáveis, ilustra um processo contínuo de formação, reconhecimento e valorização desses profissionais. (PAULO; SPEROTTO, 2018). A atuação da AEPPA e de outros movimentos sociais foi fundamental neste contexto, impulsionando o debate sobre a regulamentação da profissão e a necessidade de formação qualificada, sobretudo na conquista do primeiro curso público e gratuito intitulado como “Educação Social” com base na Educação Popular a realizar-se no Rio Grande do Sul. Existe um Grupo de Trabalho responsável pela formulação do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do Curso Superior de Tecnologia em Educação Social, formado por representantes da AEPPA, do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) e do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Alvorada. A coordenação do curso está sob a responsabilidade da professora Márcia Fernanda Mendes, cuja trajetória acadêmica e profissional é marcada por sua experiência na Educação Popular em Saúde. Sua experiência fortalece a construção de um currículo que dialoga com um

curso baseado na Educação Popular intersetorial, incorporando práticas interdisciplinares e metodologias participativas que buscam responder às demandas formativas dos educadores sociais no Brasil.

Neste cenário, a AEPPA, em particular, desempenhou um papel decisivo na articulação de cursos e programas de formação que enfatizam a Educação Popular, respaldando a abordagem pedagógica e metodológica que reconhece o educador social como agente transformador nas periferias e contextos de vulnerabilidade social, sobretudo mediante a Pedagogia dos Direitos Sociais. Esses esforços coletivos não apenas reforçam a importância da educação não escolar institucionalizada no cenário nacional, mas também contribuem para a consolidação do reconhecimento profissional dos educadores sociais.

A legislação existente, os debates públicos e as parcerias estabelecidas entre associações e instituições de ensino superior evidenciam um movimento crescente em direção à formalização do campo da Educação Social e da profissionalização do educador social. A inclusão dos educadores sociais em concursos públicos, na Classificação Brasileira de Ocupações, e o projeto de lei que visa regulamentar a profissão de educadores sociais são exemplos concretos do progresso alcançado. Este processo não apenas valida a profissão, mas também abre caminhos para possibilidades de oficializar a demanda nacional de um curso específico em todos os institutos federais e universidades públicas.

A análise da trajetória das lutas e conquistas destaca que a formação, reconhecimento e valorização dos educadores sociais são processos interligados e contínuos, que exigem comprometimento e ação coletiva do Estado.

Mediante a sistematização de experiências, como metodologia, destaco alguns apontamentos:

1. A formação de educadores sociais no Brasil, impulsionada por associações como a AEPPA, tem ganhado reconhecimento e valorização, evidenciando a importância do educador social como agente transformador nas comunidades. A sua atuação é em contextos não escolares, mas institucionalizados, denominado como educação social.
2. As ações da AEPPA e de outros movimentos sociais ainda não conquistaram a regulamentação da profissão, mas está em vias de ser regulamentada. A AEPPA, mesmo assim, tem conquistado espaços de formação qualificada, com base na Educação Popular, indicando a importância da profissionalização do educador social.
3. A trajetória dos educadores sociais ressalta a necessidade de abordagens pedagógicas que sejam inclusivas e participativas, reforçando a educação não escolar formal (educação social) e a necessidade de políticas sociais intersetoriais.
4. Persistem questões em aberto acerca da compreensão do que se entende por educação social e os campos de atuação dos educadores sociais. Igualmente, como garantir a contínua valorização e reconhecimento desses profissionais.

É, portanto, necessário continuar explorando formas de ampliar o impacto e o alcance das demandas dos educadores sociais para todo território brasileiro. A experiência acumulada pela AEPPA pode guiar

futuras iniciativas em educação popular, influenciando políticas e práticas em outras regiões e contextos brasileiros.

Por fim, este artigo reafirma que a contribuição de associações como a AEPPA para a formação, reconhecimento e valorização dos educadores sociais no Brasil é inestimável. Através de suas ações, a AEPPA e organizações semelhantes têm moldado as políticas educacionais e sociais, promovendo uma visão de educação que é inclusiva, participativa e transformadora. A luta pela regulamentação da profissão de educador social, ancorada na Educação Popular e em práticas pedagógicas críticas, continua sendo uma frente vital para o fortalecimento e a valorização dessa profissão essencial, que desempenha um papel significativo na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Referências

ASSOCIAÇÃO DE EDUCADORES POPULARES DE PORTO ALEGRE - AEPPA. **Dossiê para a deputada federal Daiana Santos sobre os educadores sociais no Brasil**. Organizadoras: Fernanda dos Santos Paulo et al. Porto Alegre: AEPPA, 2023. 53p. Disponível em: <https://encurtador.com.br/Pm9BS> Acesso em: 20 nov. 2024.

AZEVEDO, Silvia. **Técnicos Superiores de Educação Social: Necessidade e Pertinência de um Estatuto Social**. Fronteira do Caos, 2011. 148 p.

AZEVEDO, Silvia. CORREIA, Fatima. A Educação Social em Portugal: evolução da identidade profissional. **RES – Revista de Educación Social**, N.17, julho de 2013. p.1-11

BAULI, Régis Alan; MÜLLER, Verônica Regina. **Educador social no Brasil: normatização e profissionalização**. Chapecó: Livrologia, 2020. 424p.

CABANAS, José Maria Quintana. **Antecedentes históricos de la educación social**. In PETRUS, Antonio. (org.). *Pedagogia Social*. Espanha: Ariel, 1997. p. 68 – 91

CALIMAN, Geraldo. Fundamentos teóricos e metodológicos da pedagogia social na Europa (Itália). In: **CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL**, 1., 2006, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: [s.n.], 2006. Disponível em: <https://encurtador.com.br/yPawe>. Acesso em: 20 nov. 2024.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1981. 120p.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.213p.

JARA, Oscar. **Para Sistematizar Experiencias: una propuesta teórica y práctica**. Alforja. San José, Alforja, 1994. 243 p.

JARA, Oscar. **A sistematização de experiências: prática e teoria para outros mundos possíveis**; tradução de Luciana Gafree e Sílvia Pinevro; colaboração Elza Maria Fonseca Falkembach. – 1. ed.

– Brasília, DF: CONTAG, 2012. 332p.

MACHADO, Erico Ribas. **O desenvolvimento da pedagogia social sob a perspectiva comparada: o estágio atual no Brasil e Espanha.** 2014. 304 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

PAULO, Fernanda dos Santos. **Formação dos/as educadores/as populares de Porto Alegre formados/as em Pedagogia:** identidade, trajetória e desafios. 2010. 79f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação Popular) – Instituto Superior de Educação Ivoti & Instituto de Desenvolvimento Brava Gente, Porto Alegre.

PAULO, Fernanda dos Santos. **Formação do(as) educadores(as) populares a partir da práxis:** um estudo de caso da AEPPA. 273 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

PAULO, Fernanda dos Santos.; SPEROTTO, Neila. Trajetória do curso de formação de Educadores Sociais em Porto Alegre: Educação Popular e Pedagogia Freiriana. **Revista Gestão Universitária** (ISSN 1984-3097), 2018. p. 1-14.

PAULO, Fernanda dos Santos. **Pioneiros e pioneiras da educação popular freiriana e a universidade.** 2018. 268 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2018.

PAULO, Fernanda dos Santos; TREVISAN, Elisangela. Educador Social e Educador Popular: Pautas Da Formação Acadêmica-Profissional. **Revista Panorâmica** online, [S. l.], v. 35, 2022. p. 233- 258. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/index.php/revistapanoramica/article/view/1487>. Acesso em: 5 nov. 2023.

PAULO, Fernanda dos Santos. **Aulas com cartas pedagógicas:** educação popular e educadores sociais. Porto Alegre: Livrologia, 2023. 332p.

PETRUS, Antonio. (org.). **Pedagogía Social.** Espanha: Ariel, 1997. 448p.

SANTOS, Karine dos; PAULO, Fernanda dos Santos. (Des) encontros entre a educação popular e a pedagogia social. **Ensino & Pesquisa.** Paraná. 2016. Vol. 15, n. 2, p. 117-140, 2017. p. 117-140

SERRANO, Gloria. **Pedagogía Social-Educación Social:** Construcción Científica e Intervención Práctica. Madrid: Narcea, 2003. 206p.

SILVA, Roberto da; MACHADO, Érico Ribas. **Uma mesma teoria geral para Educação Popular e a Educação Social:** Aproximações empíricas, teóricas e metodológicas. In: STRECK, Danilo Romeu; ESTEBAN, Maria Teresa (Org.). Educação Popular: lugares de construção social coletiva. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 128-12.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3 Volumes, 1987. 256p.

TORRES, Alfonso. La sistematización desde la perspectiva interpretativa. In: **Aportes** # 44. Bogotá, Dimensión Educativa, 1996. p.23-37

TORRES, Alfonso. La sistematización de experiencias: aporte de la Educación Popular para una nueva universidad. In: **revista digital Diálogo de Saberes**, nº. 2. Caracas: Universidad Bolivariana de Venezuela, 2009. p. 24-37.

ÚCAR, Xavier. **De Europa a Latinoamérica**: hacia una perspectiva global, compleja e integrada de la pedagogía social. In: CONGRESO IBEROAMERICANO DE PEDAGOGIA SOCIAL, 3., 2011, Canoas. Anais [...]. Canoas: Editora Universidad del Norte, 2011. p. 1-39.

Submetido: 16/11/2023

Aceito: 10/10/2024